



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	0012541/2024
Data do Início	23/05/2024
Folha	09
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 25073/2023, Pregão Presencial n.º 07/2024-SRP.

OBJETO:

À Secretaria de Educação,

A empresa **SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	0012541/2024
Data do Início	23/05/2024
Folha	10
Rubrica	

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Trata-se de peça impugnatória apresentada pela empresa **SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 07.432.517/0001-07**, na qual questiona previsão editalícia, indicada no subitem 7.4, que versa sobre o prazo de entrega dos equipamentos, argumentando que tal previsão estaria incorrendo em irregular direcionamento do certame, ao passo que estaria beneficiando empresas próximas ao local de entrega.

Argumenta ainda que, a previsão mencionada deveria ser coerente com os prazos praticados no mercado, de forma a permitir que o maior número de interessados tenha condições de participar da licitação, garantindo a ampla concorrência e a isonomia entre as licitantes.

III – DO MÉRITO

Em análise ao ponto atacado, passamos a nos manifestar sobre.

1- Quanto à alegação de inviabilidade quanto ao atendimento do prazo de entrega do objeto;

De início, é importante esclarecer que nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no **EDITAL**. Tendo por objetivo o atendimento ao interesse público, a busca da melhor proposta ofertada e, ainda, da ampliação da competitividade entre os participantes do procedimento licitatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar que as condições para execução do objeto estabelecidas nos processos licitatórios elaborados por esta municipalidade são formuladas mediante pesquisas e análises para atender as diversas demandas do ente. Outro aspecto a se considerar, consiste na presunção de legalidade dos atos praticados pela Administração Pública e, também, na possibilidade de prática de atos discricionários os quais são pautados na oportunidade e conveniência para fins de atendimento ao interesse público.

Sobre o assunto, também vale transcrever a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, na qual o autor ressalva a autonomia da Administração para definir as condições da contratação administrativa, nos seguintes termos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	0012541/2024
Data do Início	23/05/2024
Folha	11
Rubrica	

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação.” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 70)

Nas razões da peça impugnatória apresentada, o impugnante questiona a previsão de entrega do objeto licitado no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, alega que essa previsão estaria incorrendo em direcionamento, ao passo que estaria favorecendo a participação apenas de empresas próximas ao local de entrega, uma vez que tal prazo estaria em desacordo com a boa prática e condições do mercado.

Entretanto, cabe ressaltar que esta Comissão não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito dos prazos estipulados pela Secretaria Requisitante, devendo a mesma deliberar a respeito das razões apresentadas.

IV – DA CONCLUSÃO

Diante dos fatos apontados, solicita-se a esta secretaria análise das razões aqui apontadas e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Maricá, 24 de maio de 2024

NATHÁLIA BORGES

OAB/RJ 241.620

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS